

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – AGOSTO 2026

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO.....	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	3
ICMS	5
LEGISLAÇÃO	5
JURISPRUDÊNCIA	5
ISS.....	7
LEGISLAÇÃO	7
JURISPRUDÊNCIA	7
IR E CSLL	8
JURISPRUDÊNCIA	8
PIS E COFINS	11
JURISPRUDÊNCIA	11
DIVERSOS	12
JURISPRUDÊNCIA	12

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

LEGISLAÇÃO

1. CGSN – ATUALIZAÇÃO DE REGRAS DO SIMPLES NACIONAL PARA ADEQUAÇÃO À REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO
 - **Resoluções CGSN nºs 190, 191 e 192, de 4 de agosto de 2026 (DOU 10.08.26)**
2. DF-E - INFORMAÇÕES SOBRE O IBS E A CBS - APROVAÇÃO CONJUNTA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E RATIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA ANTERIORMENTE DISPONIBILIZADA
 - **Ato Técnico Conjunto RFB/CGIBS nº 1, de 31 de julho de 2026 (DOU 03.08.26)**
3. NF-E, BP-E, NFAG, NFGAS E NFE ABI – APROVAÇÃO CONJUNTA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
 - **Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS/Diretoria Executiva nº 2, de 21 de agosto de 2026 (DOU 24.08.26)**
4. DERE – PUBLICAÇÃO DO PACOTE DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA VERSÃO 1.2.0
 - **Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS/Diretoria Executiva nº 3, de 2 de setembro de 2026 (DOU 04.09.26)**
5. IBS E CBS – REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA NO ANO DE 2026
 - **Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 5, de 12 de agosto de 2026 (DOU 13.08.26)**
6. NANOEMPREENDEDOR NÃO OPTANTE PELO REGIME REGULAR - DISPENSA DA OBRIGATORIEDADE (I) DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO COM IDENTIFICAÇÃO ÚNICA, E (II) DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS
 - **Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 6, de 28 de agosto de 2026 (DOU 29.08.26)**
7. NF-E E NFC-E – EMISSÃO POR CONTRIBUINTE EXCLUSIVO DO IBS E DA CBS – VERIFICAÇÃO DOS CADASTROS NA LISTA CENTRALIZADA DE CONTRIBUINTES DA RFB (LCC-RFB) E NO CADASTRO CENTRALIZADO DE CONTRIBUINTES (CCC) - DIVULGAÇÃO DE NOVAS REGRAS DE VALIDAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS REGRAS JÁ EXISTENTES
 - **Publicação da Nota Técnica 2026.007 Versão 1.00 em 4 de agosto de 2026**

8. NF-E E NFC-E – ADEQUAÇÃO DE LEIAUTES – INCLUSÃO DOS CAMPOS E REGRAS DE VALIDAÇÃO REFERENTES À REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO (RTC)
 - **Publicação da Nota Técnica 2025.002 Versão 1.51 em 4 de agosto de 2026**
9. CT-E - ALTERAÇÃO DA DATA DE EXIGÊNCIA DO PREENCHIMENTO DOS CAMPOS RELATIVOS AO IBS E À CBS – IMPLEMENTAÇÃO FUTURA NO AMBIENTE DE PRODUÇÃO
 - **Publicação da Nota Técnica 2026.002 Versão 1.01 em 4 de agosto de 2026**
10. DF-E – TABELA DE MEIOS DE PAGAMENTO PARA VINCULAÇÃO COM O *SPLIT PAYMENT*
 - **Publicação do Informe Técnico 2026.001 Versão 1.01 em 25 de agosto de 2026**
11. DERE – IMPLEMENTAÇÃO DE AJUSTES NOS LEIAUTES DE EVENTOS E NOS RESPECTIVOS ARQUIVOS XSD
 - **Publicação de Nota Orientativa 2026.001 em 18 de agosto de 2026**
12. NF-E ABI – VISÃO GERAL, LEIAUTE E REGRAS DE VALIDAÇÃO
 - **Publicação do Manual de Orientação do Contribuinte (MOC) Versão 1.00a em 25 de agosto de 2026**
13. NF-E ABI – CÓDIGOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ENTRE OUTROS
 - **Publicação da Tabela de Códigos Versão 1.00a em 25 de agosto de 2026**
14. NF-E ABI – PACOTE DE SCHEMAS
 - **Publicação da Versão 1.00 em 1º de setembro 2026**
15. DF-E – ESCLARECIMENTOS SOBRE O ADIAMENTO DAS REGRAS DE VALIDAÇÃO
 - **Publicação disponibilizada no site do CGIBS em 06 de agosto de 2026**
16. DERE – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS DIRETRIZES DE ENVIO E OS PRAZOS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À DECLARAÇÃO
 - **Publicação disponibilizada no site do CGIBS em 26 de agosto de 2026**

JURISPRUDÊNCIA

17. CBS – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE COMERCIALIZAÇÃO DE CARDS COLECIONÁVEIS

- **Precedente da Justiça Federal de Barueri (Processo nº 5002831-35.2025.4.03.6144)**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. DISPOSIÇÕES ACERCA DA EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES PREVISTAS NO AJUSTE SINIEF nº 49/2025 – OBRIGATORIEDADE A PARTIR DE 1º.01.2027
 - **Ajuste SINIEF nº 27, de 12 de agosto de 2026 (DOU 14.08.26)**
2. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM LÂMINA DE BARBEAR, APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL E ISQUEIRO – EXCLUSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO DO PROTOCOLO ICMS nº 16/1985
 - **Protocolo ICMS nº 89, de 27 de agosto de 2026 (DOU 31.08.26)**
3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM LÂMINA DE BARBEAR, APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL, ISQUEIRO, E COM PRODUTOS DE PERFUMARIA, DE HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS - DENÚNCIA, PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DOS PROTOCOLOS ICMS nºs 16/1985 E 54/2017 – EFEITOS A PARTIR DE 1º.1.2027
 - **Despacho nº 37, de 26 de agosto de 2026 (DOU 27.08.26)**
4. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PNEUMÁTICOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE BORRACHA – DENÚNCIA, PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DO CONVÊNIO ICMS nº 102/2017 – EFEITOS A PARTIR DE 1º.1.2027
 - **Despacho nº 39, de 28 de agosto de 2026 (DOU 31.08.26)**
5. RS – CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS RELATIVAS AO DIFAL (GIA E EFD) – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP nº 45/1998
 - **Instrução Normativa RE nº 69, de 25 de agosto de 2026 (DOE-RS 31.08.26)**
6. MA - PROGRAMA DE PAGAMENTO E PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – AMPLIAÇÃO PARA ABRANGER DÉBITOS RELATIVOS A FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 31.12.2025
 - **Medida Provisória nº 559, de 18 de agosto de 2026 (DOE-MA 18.08.26)**

JURISPRUDÊNCIA

7. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – ENTREGA DE MERCADORIAS ADQUIRIDAS POR NÃO CONTRIBUINTE EM ESTABELECIMENTO DE CONTRIBUINTE EM OUTRA UF - IMPOSSIBILIDADE

- **Resposta à Consulta Tributária 33979/2026, de 4 de agosto de 2026 (DE-SP 05.08.26)**
- 8. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS COM O IMPOSTO RETIDO ANTECIPADAMENTE - DETENTOR DE REGIME ESPECIAL DISCIPLINADO PELO DECRETO Nº 57.608/2011 - APROVEITAMENTO DO CRÉDITO**
- **Resposta à Consulta Tributária 34047/2026, de 6 de agosto de 2026 (DE-SP 07.08.26)**
- 9. DC-E – OPERAÇÕES DE TRANSPORTE DE BENS E MERCADORIAS - OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DESDE 6.4.2026**
- **Resposta à Consulta Tributária 33575/2026, de 12 de agosto de 2026 (DE-SP 14.08.26)**
- 10. IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA POR ESTABELECIMENTO FILIAL RONDONIENSE QUE USUFRUI DE BENEFÍCIO FISCAL – ENTRADA DA MERCADORIA E COMERCIALIZAÇÃO SUBSEQUENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO – FALTA DE PROPÓSITO NEGOCIAL NA OPERAÇÃO - CONSULENTE QUE TAMBÉM POSSUI ESTABELECIMENTO INSCRITO EM SÃO PAULO - SUJEITO ATIVO DO ICMS DEVIDO NA IMPORTAÇÃO É O ESTADO DE SÃO PAULO**
- **Resposta à Consulta Tributária 33901/2026, de 1 de junho de 2026 (DE-SP 20.08.26)**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO/SP – INSTITUIÇÃO DE MODALIDADE EXCEPCIONAL DE TRANSAÇÃO POR ADESÃO
 - **Lei nº 18.525, de 20 de agosto de 2026 (DOM-SP 20.08.26)**
2. SÃO PAULO/SP – RETIFICAÇÃO DE CÓDIGOS DE SERVIÇOS PREVISTOS NO ANEXO 1 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº SF/SUREM Nº 08/2011
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 8, de 7 de agosto de 2026 (DOM-SP 10.08.26)**
3. SÃO PAULO/SP – SIMPLES NACIONAL – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 9, de 19 de agosto de 2026 (DOM-SP 20.08.26)**

JURISPRUDÊNCIA

4. FORNECIMENTO DE SMART CARDS A BANCOS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.247.088)**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. JCP – BASE DE CÁLCULO DA LIMITAÇÃO DA DEDUÇÃO – EXCLUSÃO DO IRRF
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.985.788)**
2. IRRF (ALTAS RENDAS) – LUCROS E DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS – MONTANTES ENTRE R\$50.000,00 A R\$100.000,00 – ALÍQUOTA DE 10% - INCOMPATIBILIDADE COM AJUSTE ANUAL
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Agravo de Instrumento 5026333-41.2026.4.04.0000)**
3. AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO – VALIDADE DO LAUDO CUJA APRESENTAÇÃO OCORRA ATÉ O VENCIMENTO DA PRIMEIRA OBRIGAÇÃO FISCAL POSTERIOR À OPERAÇÃO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 11274.720887/2021-95)**
4. ÁGIO APURADO EM TRANSAÇÕES DE CAPITAL – CONTABILIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO LÍQUIDO – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO FISCAL APÓS INCORPORAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 17459.720028/2024-67)**
5. CONVERSÃO DE EMPRÉSTIMO EM CAPITAL – EMISSÃO DE AÇÕES SEM VALOR NOMINAL – NÃO EQUIPARAÇÃO À DOAÇÃO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10120.748093/2020-04)**
6. IRPF - CISÃO DESPROPORCIONAL – SUBSTITUIÇÃO DE AÇÕES – AVALIAÇÃO SUPERIOR AO CUSTO - GANHO DE CAPITAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15746.720206/2023-16)**
7. IRRF – REMESSA PARA EXTERIOR – AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL DE VENCIMENTO – FATO GERADOR NO CRÉDITO CONTÁBIL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 12448.734243/2011-36)**
8. PRL E GRATIFICAÇÕES PARA SÓCIOS – EMPREGADO ELEITO PARA CARGO DE DIREÇÃO – CONTRATO DE EMPREGO SUSPENSO - INDEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 16327.721083/2021-64)**

- 9. EMPRÉSTIMOS INTRAGRUPO PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS – DESPESAS FINANCEIRAS – DEDUTIBILIDADE ADMITIDA**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15540.720023/2020-56)**
- 10. LUCRO REAL ANUAL – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS ESTIMATIVAS MENSIS – OPÇÃO VALIDADA PELA REALIZAÇÃO DE APURAÇÃO, ENTREGA DE ECF, CONFISSÃO DE DÉBITO EM DCTF E COMPENSAÇÃO PARCIAL HOMOLOGADA – MULTA ISOLADA**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10930.721801/2017-11)**
- 11. VARIAÇÕES CAMBIAIS – EXPORTAÇÃO NÃO CONSUMADA – AUSÊNCIA DE FATO GERADOR – NECESSIDADE DE ESTORNO DO REGISTRO CONTÁBIL DA RECEITA E CANCELAMENTO DAS NOTAS FISCAIS – INEXISTÊNCIA DE APURAÇÃO DA VARIAÇÃO CAMBIAL DESDE O INÍCIO DA OBRIGAÇÃO ATÉ A SUA LIQUIDAÇÃO**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10283.723891/2020-52)**
- 12. CONTROLADAS NO EXTERIOR – AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES EM ECD – IMPOSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 13136.721823/2024-64)**
- 13. BENEFÍCIOS FISCAIS NEGATIVOS DE ICMS – INEXISTÊNCIA DE RECEITAS – MANOBRAS CONTÁBEIS – IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10340.722246/2024-14)**
- 14. ESTIMATIVA PARCELADA – COMPOSIÇÃO DO SALDO NEGATIVO**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10410.900417/2014-18)**
- 15. LUCRO ARBITRADO – INIDONEIDADE DE NOTAS FISCAIS – INSUFICIÊNCIA – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA IMPRESTABILIDADE DA ESCRITURAÇÃO**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 13136.721189/2023-89)**
- 16. IRPF – RESGATE OU LIQUIDAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO EXTERIOR – VALORES SUPERIORES A R\$35.000,00 – INCIDÊNCIA**
- **Solução de Consulta COSIT nº 130, de 31 de julho de 2026 (DOU 05.08.26)**

17. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL DESTINADA À RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS POR OPÇÃO DO CONTRIBUINTE – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

- **Solução de Consulta COSIT nº 134, de 4 de agosto de 2026 (DOU 10.08.26)**

18. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO EXTERIOR – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS MENSAIS – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DO TRIBUTO PAGO NO EXTERIOR – IMPOSSIBILIDADE DE COMPOSIÇÃO DO SALDO NEGATIVO

- **Solução de Consulta COSIT nº 139, de 10 de agosto de 2026 (DOU 10.08.26)**

19. VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS – NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO RENDIMENTO DO EXTERIOR PARA FINS DE OBRIGATORIEDADE AO LUCRO REAL – POSSIBILIDADE DE PERMANÊNCIA NO LUCRO PRESUMIDO

- **Solução de Consulta COSIT nº 150, de 14 de agosto de 2026 (DOU 18.08.26)**

20. RECEBIMENTO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA COM BASE NA TAXA SELIC – MORA INJUSTIFICADA NA ANÁLISE DO PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI – NÃO INCIDÊNCIA DE IRPJ E CSLL – INCLUSÃO INDEVIDA NA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO DA ECF E DA DCTF E SOLICITAÇÃO DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO

- **Solução de Consulta COSIT nº 154, de 20 de agosto de 2026 (DOU 24.08.26)**

21. LUCRO PRESUMIDO – RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA – VALORES DEVOLVIDOS – NÃO INCIDÊNCIA – MULTA CONTRATUAL – INCIDÊNCIA FORA DA PRESUNÇÃO

- **Solução de Consulta COSIT nº 158, de 24 de agosto de 2026 (DOU 27.08.26)**

22. DEPRECIACÃO ACELERADA – PERCENTUAL DE 50% - MONTANTE MÁXIMO DEDUTÍVEL NO EXERCÍCIO INDEPENDENTEMENTE DO MÊS DA ENTRADA EM OPERAÇÃO – INAPLICABILIDADE DO CRITÉRIO DE PROPORCIONALIZAÇÃO MENSAL

- **Solução de Consulta COSIT nº 164, de 28 de agosto de 2026 (DOU 31.08.26)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. CRÉDITOS SOBRE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS – DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS – POSSIBILIDADE QUANDO UTILIZADOS COMO INSUMO NA FORMULAÇÃO DE OUTROS COMBUSTÍVEIS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.085.799)**
2. *ESCROW ACCOUNT* – LEVANTAMENTO EM VIRTUDE DE CONTINGÊNCIAS PREVISTAS EM CONTRATO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (AREsp 2.765.876)**
3. ICMS-DIFAL – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.174.178)**
4. RATEIO PROPORCIONAL DE CRÉDITOS – PROPORCIONALIZAÇÃO COM BASE APENAS NAS RECEITAS COM CUSTOS, DESPESAS E ENCARGOS COMUNS - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 19515.720479/2013-55)**
5. CRÉDITO EXTEMPORÂNEO – OBRIGATORIEDADE DE RETIFICAÇÃO DA EFD
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 10340.720654/2023-51)**
6. AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE FORNECEDORES INAPTOS – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO MESMO QUE A AQUISIÇÃO TENHA OCORRIDO ANTES DA DECLARAÇÃO, RESSALVADOS OS CASOS EM QUE O PAGAMENTO FOI COMPROVADO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15987.000100/2011-18)**
7. SERVIÇOS PORTUÁRIOS VINCULADOS À IMPORTAÇÃO DE INSUMOS – DIREITO AO CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10980.904440/2012-47)**

DIVERSOS

JURISPRUDÊNCIA

1. IPTU – DEFINIÇÃO DE ALÍQUOTAS COM BASE NO TAMANHO DO IMÓVEL – INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (ARE 1.593.784)**
2. DEVEDOR CONTUMAZ – PROIBIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (ADI 7943)**
3. AÇÃO ANULATÓRIA – COBRANÇA DE HONORÁRIOS QUANDO O DÉBITO FOI OBJETO DE TRANSAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.199.118)**
4. EXECUÇÃO FISCAL – PROSSEGUIMENTO CONTRA ESPÓLIO E SUCESSORES – POSSIBILIDADE APENAS QUANDO OCORREU A CITAÇÃO DO FALECIDO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.237.254 – Tema 1.393)**
5. TRANSAÇÃO – PRAZO DE 02 ANOS PARA FORMALIZAÇÃO DE NOVA APÓS RESCISÃO DA ANTERIOR – CONTAGEM A PARTIR DO ATO QUE JUSTIFICOU A RESCISÃO E NÃO DO ATO DA PGFN QUE A FORMALIZOU
 - **Precedente da Justiça Federal do Mato Grosso (Processo nº 1019297-64.2026.4.01.3600)**
6. CIDE – INCIDÊNCIA SOBRE ROYALTIES POR DIREITOS DE TRANSMISSÃO AO EXTERIOR
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 16682.721226/2018-93)**
7. CPRB – RETENÇÕES NA FONTE DURANTE A TRANSIÇÃO – ALÍQUOTA DE 3,5% - APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 11% A PARTIR DE JANEIRO DE 2028
 - **Solução de Consulta COSIT nº 153, de 19 de agosto de 2026 (DOU 20.08.26)**